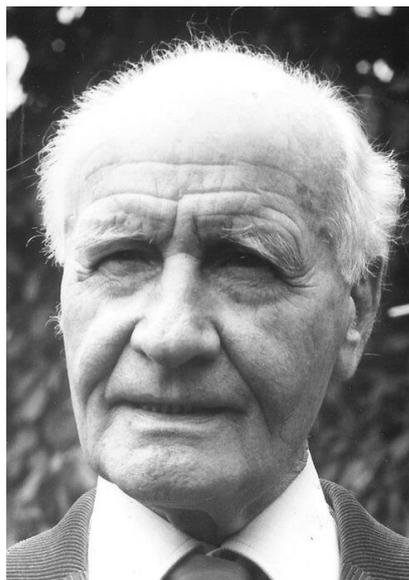


## Não-disponibilidade para fins práticos<sup>1</sup>

Josef Pieper<sup>2</sup>  
(trad. de H. Marianetti Neto)



Nosso tema é a “liberdade” da filosofia em contraposição às ciências particulares. “Liberdade” entendida como não estar disponível para ser usada.

“Livres”, neste sentido, são, como dissemos, as ciências particulares somente na medida em que são praticadas de forma filosófica, na medida em que participam da liberdade da filosofia. “O saber é propriamente livre – é o que diz Newman – se e na medida em que é um saber filosófico”. Mas, consideradas em si mesmas, as ciências particulares prestam-se muito bem e são essencialmente “disponíveis para utilidades”(como diz Tomás de Aquino das “*artes serviles*”).

O governo de um país pode muito bem dizer (por exemplo para conseguir pôr em prática um plano quinquenal): “Precisamos de físicos que, neste ou naquele campo, nos levem a atingir os mais altos níveis alcançados por países estrangeiros”. Ou: “Precisamos de médicos que cientificamente elaborem um remédio mais eficaz contra a gripe”. Tudo isto pode ser dito ou decretado **sem** que o caráter dessas ciências seja violado.

---

<sup>1</sup> “Nichtverfügbarkeit für Nutzzwecke” é o capítulo 39 do *Lesebuch* de Josef Pieper, München, Kösel, 1981.

<sup>2</sup> Renomado filósofo, catedrático da Universidade de Münster, falecido em 06-11-97.

Mas: “Precisamos de filósofos que...” que o quê? Bem, há uma única possibilidade “...que desenvolvam, fundamentem, defendam tal ideologia...”. E isso só pode ser dito com a concomitante destruição da filosofia! Exatamente o mesmo ocorreria ao se dizer: “Precisamos de poetas que...”, que o quê? Novamente a conclusão só pode ser uma: “...que utilizem as palavras como arma na luta para alcançar determinadas finalidades, ideais propostos pelo Estado”. O que só pode ser feito se, ao mesmo tempo, se destruir a poesia.

Em tal situação, a poesia deixaria de ser poesia e a filosofia não seria mais filosofia. Isso não significa que não há nenhuma relação entre o bem comum e a filosofia assimilada por um povo. Essa relação, no entanto, não pode ser moldada, nem regulamentada pelo administrador do bem comum.

O que tem sentido e finalidade em si próprio, o que é, em si mesmo, sua finalidade, não pode ser usado como meio para outra finalidade. Assim como não se pode amar alguém “para...” ou “com a finalidade de..”.

Recebido para publicação em 12-06-24; aceito em 24-07-24